

Aprovei vários projetos como vereador de São Paulo. Para quem não me conhece, fui vereador durante 28 anos na Capital e fiz um projeto de lei do qual me orgulho muito, que controla a bebida alcoólica. O projeto virou a Lei Seca, chamada também de Lei Fecha Bar e Lei do Silêncio. As pessoas que ingerem bebida alcoólica em demasia nos botecos vão para suas casas, espancam mulheres e filhos, depreadam orelhões pelas ruas, saem dirigindo, batem, atropelam, são atropeladas, morrem, matam e vão parar no pronto-socorro.

Como médico, no pronto-socorro, aprendi que essa lei poderia salvar muitas vidas. E é o que está acontecendo. Fico feliz porque muitas cidades já estão adotando essa lei para controlar essa droga oficializada que leva às drogas não oficializadas, às drogas ilícitas, como crack, cocaína e outras. É uma epidemia que acaba com a família, com os nossos jovens, atacando também os trabalhadores que cortam cana-de-açúcar.

- Assume a Presidência o Sr. Ed Thomas.

Tivemos outros projetos importantes que aprovei, como vereador e como deputado estadual. Garupas de moto são responsáveis por 62% dos assaltos nas saídas de bancos, o que é um absurdo. O projeto da Moto sem Garupa não virou lei, mas foi aprovado nesta Casa e também no maior Parlamento municipal, a Câmara Municipal de São Paulo. Mas o projeto foi vetado pelo Executivo municipal e pelo estadual, infelizmente.

Quantos PMS, quantos oficiais policiais civis, quantos cidadãos civis não foram assassinados na saída de bancos, ou entrando em suas casas, ou nos cruzamentos, após o veto ao Projeto da Moto sem Garupa? Quero também falar sobre o projeto de lei que fizemos - repito - de retirar qualquer atividade dos semáforos. Há até um juiz de Direito, de Ribeirão Preto, que aplicou essa lei em Ribeirão Preto, tirando adolescentes dos cruzamentos. É lá que estão adolescentes que têm mãe e pai de rua, que compram drogas, que compram o que não presta para adolescentes que não chegam a alcançar o retrovisor de um carro, que nos deixam muito constrangidos, por que não dizer envergonhados de morar num país em que nossos adolescentes são explorados por uma mãe e um pai de rua, na frente da Polícia, inclusive.

Então quero hoje dizer que a diminuição da maioridade penal vai nos ajudar muito a conquistar qualidade de vida. Não dá mais para aceitar esse grau de violência; não dá para aceitar um menor que nos aborde, de 14, 15, 16, 17 anos e que atira sem dó, sem piedade, com muito mais violência que marginais adultos. Isso relacionado pela própria Polícia. A Polícia diz que os infratores maiores não são tão agressivos quanto os adolescentes infratores, porque esses adolescentes sentem a impunidade e fazem o que querem. Eles nem nos julgam; já nos condenam diretamente para a morte. Atiram sem dó, sem piedade, estu- pram, assassinam, fazem o diabo. Vamos ficar de braços cruza- dos vendo o indivíduo apontar uma arma e assaltar? Esse então está livre; vai para a Fundação Casa, fica por um ou dois anos e fica livre. Se Deus quiser, o Congresso Nacional vai aprovar a diminuição da maioridade penal. Em Presidente Prudente, um juiz foi morto por um garupa de moto. Infelizmente eu não consegui salvar esse juiz. A diminuição da maioridade penal vai ajudar muito para aumentar a segurança e qualidade de vida. A diminuição da maioridade penal vai fazer com que esses meno- res adolescentes infratores pensem duas vezes antes de praticar esses crimes hediondos, matando inclusive policiais, pessoas que defendem a população, matando gente de bem, matando colegas, matando civis.

Acho que podemos mudar este País, e podemos mudá-lo também através de leis como essa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Gostaria de fazer uma saudação muito especial ao sempre prefeito, deputado Abelardo Camarinha, e ao prefeito, e sempre deputado, Vinícius Camarinha, que nos visita, grande amigo e grande prefeito da nossa querida Marília, uma reserva de muito trabalho do nosso PSB.

Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha, por permuta de tempo.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, depu- tado Ed Thomas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prefeito de Marília, Vinícius Camarinha, telespectadores da TV Assembleia, é um pouco estranho, mas eu venho aqui em nome da verdade, da coerência, da evolução, do aprendizado, da experiência, dos cabelos brancos, cumprimentar a presidente Dilma e o PT.

Quero repetir, na presença de um dos maiores líderes do estado de São Paulo, o deputado José Américo, ex-presidente da Câmara Municipal, que estou cumprimentando o Partido dos Trabalhadores.

O jornal "O Estado de S. Paulo" diz, em sua primeira página, que a presidente Dilma vai colocar em concessão 198 bilhões de reais. A presidente Dilma, o Levy e o Nelson, secretário do planejamento econômico, vão colocar, para serem privatizados, concedidos ou serem realizadas parcerias, 198 bilhões de patrimônio do povo brasileiro. Serão assim distri- buídos: 66 bilhões em rodovias, 86 bilhões em rodovias, 19 bilhões em investimentos, 37 bilhões em portos e 8,5 bilhões em aeroportos.

O que é isso? São patrimônios da União, construídos por dezenas de presidentes, pelos impostos do povo brasileiro, dos trabalhadores, dos empresários, dos desempregados, que também compram.

Por que a presidente Dilma está fazendo isso? E por que o deputado Camarinha, que é crítico da política econômica desse governo, vem cumprimentar a presidente? Porque ela está certa. O presidente da República, o governo federal, não pode administrar o aeroporto de Ribeirão Preto. Não pode, lá em Marília, o aeroporto ser administrado pelo governo federal. Isso é uma perda de tempo. Não pode o aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, ser administrado pelo governo federal.

Então vai colocar em concessão e a iniciativa privada, sob a batuta e a fiscalização do governo federal, vai impor os preços. Porque o governo não foi feito para isso, foi feito para dar Segurança, Saúde, Educação e formação aos nossos jovens.

Apesar de toda essa ineficiência do governo federal, ainda tem a corrupção. Sabemos da corrupção na Infraero, nos portos, em tudo que tem o Poder Público. Não é da presidente, é do que está por lá, o diretor, por exemplo. Está aí a Petrobras, está aí o vice-presidente do Banco do Brasil, que tem uma lavagem de dinheiro de três bilhões de reais.

Então, presidente, entregue mesmo à iniciativa privada. Eu votei, em meu segundo mandato como deputado estadual, contra muitas privatizações do governo Covas, mas hoje me penitencio. O que tem a ver o governo estadual com a telefonia pública? Hoje temos mais de 70 milhões de telefones no estado de São Paulo, antes precisávamos colocar no imposto de renda e esperar uma fila. Alugava-se telefone.

Só não pode haver o assalto que existe na Castelo Branco, 11 pedágios. No primeiro pedágio passam 100 mil veículos por dia a 9,90. Isso já é um excesso, foi uma falha e deve ser corrigida pelo Governo, pela renovação do contrato. Estão de parabéns.

Ontem se discutiu aqui a Cesp. A Cesp é troco, é uma caixa de fósforo perto do que a presidente Dilma está colocando em concessão: 198 bilhões. Vamos torcer para que ela receba esse dinheiro e repasse aos municípios, que estão falidos. Está aqui o prefeito de Marília, dizendo que está trabalhando para pagar a folha de pagamento. Tanto o governo federal quanto o estadual, tanto o ICM como o FPM e o Fundeb vêm caindo dia a dia.

O papel do estado é dar Segurança, Educação e Saúde ao povo brasileiro. Ficamos revoltados quando a presidente corta 20% do orçamento do Ministério da Saúde. Por que não cortou do BNDES? Por que não cortou do Ministério das Cidades? Vai cortar 20% da Saúde, que já está capenga?

Parabéns à presidente, que está colocando 200 bilhões do patrimônio público para ser dado, concedido, leiloado, privatizado e posto em parceria. É por isso que a bancada do PT em São Paulo deveria dar essa mesma oportunidade ao governador Geraldo Alckmin, em relação à Cesp. Se eles estão privatizando portos e aeroportos, por que não podemos privatizar a Cesp?

Será que o Estado tem que cuidar da Cesp ou da Saúde Pública? Como vai a Saúde Pública do estado de São Paulo e dos hospitais universitários? Os hospitais universitários estão à beira da falência; não recebem nem o repasse mensal e o custeio.

Portanto, esse dinheiro deve ser encaminhado aos hospi- tais universitários, às faculdades, ao Fundeb, às crianças e às creches. Prometeram aqui 100 mil vagas para as creches em São Paulo. Não irão atender 15 mil. É por que o Haddad é ruim? Não! O Haddad é de uma família culta, ele se formou na USP, é professor universitário, assim como sua mulher.

É porque não há dinheiro. Ele está pagando 13% de juros, ao ano, para a presidente Dilma. O Eike Batista pega dinheiro a 6%. O PT dá dinheiro para o Haddad a 13% e para o Eike Batista, o Banco Safra e a JBS a 6%. Para os prefeitos, dá a 13 por cento. É uma agiotagem 13 por cento.

O cartão de crédito bateu em 300 por cento. No Japão, é 1,5%; nos Estados Unidos, é 1 por cento. No Brasil, são 300 por cento. Assim, a cada dia que passa os banqueiros e os grupos financeiros ficam mais ricos e a população fica mais pobre. É por isso que há 60 milhões de brasileiros negativados no Sersa, com o nome sujo. Por quê?

Porque mandaram comprar, comprar e comprar. Contudo, veio a inflação, o desemprego e os juros altos. Agora, quero saber como esses 60 milhões de irmãos irão fazer para tirar o nome do Sersa. Terão de pagar taxas altíssimas e ficar quatro ou cinco anos brigando com o banco.

Estão de parabéns a presidente Dilma e o governador Geraldo Alckmin, que colocou a Cesp no mesmo processo da Dilma. Vale para a presidente Dilma. Parabéns, presidente Dilma. Deve valer para o estado de São Paulo.

O Estado não pode ficar cuidando de estradas, aeroportos e telefones. O Estado tem que cuidar da Saúde, Educação e Segurança Pública, que estão péssimas. O governo federal tem três barcos para fazer a fronteira do Brasil e três aviões. Desses três aviões, dois estão quebrados.

Sr. Presidente, deve-se investir no combate ao tráfico, ao crack, à maconha e à cocaína e não prender o menino de 16 ou 17 anos que é a "mula", o "aviãozinho" dos grandes traficantes.

Vamos fazer em São Paulo o que a presidente Dilma está fazendo em Brasília: privatizar essas coisas que não são dever do Estado. Não é dever do Estado cuidar de aeroportos. É o governo federal que toma conta dos aeroportos de Ribeirão Preto e Marília.

Devemos deixar isso para a iniciativa privada, que irá fazer melhor. Haverá menos corrupção e mais eficiência.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado José Améri- co pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de saudar o Sr. Presidente; o prefeito de Marília, Vinícius Camarinha, ex-deputado estadual que é sempre bem-vindo nesta Casa; e o deputado Abelardo Camar- inha, sempre atento às questões nacionais, que acaba de fazer um bom pronunciamento.

Gostaria de falar um pouco sobre Segurança Pública. Por conta da discussão da maioridade penal, o problema da Segurança Pública tem estado presente em nossos debates. Eu gostaria de dizer a todas as pessoas que estão nos ouvindo neste momento que a Segurança Pública no Brasil é, fundamen- talmente, responsabilidade dos governos estaduais. Ela é responsabilidade do Poder Judiciário e dos governos de estado.

Quando é cometido um crime, quem deve investigar é a Polícia Civil e quem deve reprimir é a Polícia Militar, de respon- sabilidade dos governos estaduais. A Polícia Federal só atua em casos de crimes federais. E existe o Poder Judiciário.

Acho que é preciso fazer muitas coisas. O deputado Camar- inha citou algumas coisas que precisam ser feitas, o deputado Jooji Hato citou outras, com as quais não concordo, e o depu- tado Coronel Telhada também abordou o assunto.

Mas eu queria dizer que temos um problema de fundo. Além dos problemas sociais, de educação e cultura, existe um problema de fundo, que é a questão da repressão. Eu, que sou do PT, vim aqui hoje falar sobre a repressão. Geralmente o PT não fala da repressão.

Temos problemas na repressão, no sistema prisional e no Código Penal. O primeiro problema é que o Código Penal Brasi- leiro precisa ser reformado. Como exemplo, cito a situação dos irmãos Cravinhos, que agiram com a Suzane Von Richthofen. Eles já estão soltos. Deputado Camarinha, eles se conheceram aqui do nosso lado, na Associação Paulista de Aeromodelis- mo. Foi ali que a Suzane Von Richthofen conheceu os irmãos Cravinhos. Eles cometeram um crime hediondo contra a mãe e o pai da Suzane Von Richthofen, que inclusive confessou o crime em uma entrevista ao Gugu Liberato. No entanto, ela só não está solta por conta de um problema com a namorada, ou talvez devido a alguma estratégia jurídica. Os irmãos Cravinhos estão soltos.

Esse tipo de coisa certamente estimula a criminalidade. Muitas pessoas são presas e soltas imediatamente. Isso estímu- la muito a criminalidade. Também estimula a criminalidade o fato de que apenas oito por cento dos crimes do estado de São Paulo são desvendados. São desvendados, mas não neces- sariamente punidos. No Brasil, existem 200 mil mandados de prisão não realizados. Só no estado de São Paulo temos de 70 a 80 mil mandados não realizados. Ou seja, identificam-se poucos criminosos, e aqueles que são identificados não são presos. Isso não é culpa do governo federal. É culpa do sistema prisional, da polícia do estado e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Essa é outra leniência: desvenda-se pouco e prende-se pouco. Se desvendássemos 70% dos crimes e puníssemos 50%, será que a situação não melhoraria? Com certeza melhoraria, mais do que a pena de morte, que o deputado Jooji Hato chegou a insinuar que poderia resolver o problema. No Brasil, se fosse aprovada a pena de morte, apenas alguns seriam mortos, enquanto a maioria ficaria impune. Os sujeitos nem iriam acreditar.

Então, este é um problema de fundo que precisa ser levado em conta. É difícil prender, pois o sistema penal é ruim. Muitos juízes são lenientes e fazem interpretações descabidas da pró- pria legislação penal existente. Desvenda-se pouco, prende-se pouco, desestimula-se a polícia. O policial corre risco de vida; ele prende o sujeito e dali a pouco ele é solto.

Tudo isso afeta a questão da criminalidade, mais do que eventualmente mexer na maioridade penal. Nem quero entrar nessa discussão. Apenas preocupa-me que de repente vá se valorizar no mundo do crime a pessoa de 15 anos e amanhã volte a se discutir a redução da maioridade agora para 15 anos. De que adianta mudar? Não vão conseguir prender, não vão descobrir o criminoso. Fora disso, temos um problema no sistema prisional paulista, não é no Brasil, no paulista, que é responsabilidade do governador Geraldo Alckmin.

O sistema prisional está terceirizado. Existe uma organi- zação criminosa dentro dos presídios que controla os presídios paulistas, aliás, colocou ordem nos presídios paulistas porque antes era uma bagunça. Esse grupo colocou ordem no sistema prisional e o Governo do Estado passou a ter uma coexistência pacífica com eles. Existem vagas para São Paulo nos presídios federais, deputado, é o governo paulista que não usa.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNI- CAÇÃO - Sr. Presidente, quero cumprimentar o deputado José Américo e usar um jargão do povo - sabe que a voz do povo é a voz de Deus. O povo diz, deputado José Américo: a Polícia prende, o Judiciário solta e o povo lincha. O povão da periferia, o povo pobre que anda de bermuda e camiseta regata, diz o seguinte: a Polícia prende, o Judiciário solta e o povo lincha. Pensando agora nas palavras do deputado José Américo quero dizer o seguinte: aqui temos a lei do um sexto. A pessoa pega 30 anos de cadeia e cumpre cinco, seis anos. Assim o crime compensa. Portanto, não bastam apenas as leis. As leis têm de ser cumpridas e alteradas. O Código Penal é de 1940 e o recur- so para o processo criminal dá muita margem para o povo falar: mas ele matou o sujeito ontem e já está solto? Vide também o caso do colarinho branco: gente que pegou sete, oito, nove anos já está livre. O que existe é o sentimento de impunidade que a população tem e culpa os políticos, os deputados, o Congresso e passa de raspão no Judiciário. A Polícia tem um trabalho desgraçado para prender e depois uma liminar solta.

Quero fazer coró na mudança do Código Penal e na leni- ência que o Poder Judiciário tem em relação a alguns trabalhos da Polícia. Quarenta, cinquenta dias fazendo diligências, prende a quadrilha e aí alguém fala 'ah, mas você usou o telefone sem ordem judicial.' Solta-se todo mundo.

Parabéns. Precisamos rever as leis, endurecer as leis.

O Brasil não precisa de mais leis. É preciso que se cumpram as leis e se diminuam os privilégios aos criminosos e bandidos.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Sr. Presidente, solicito a suspen- são dos trabalhos até as 17 horas.

O SR. PRESIDENTE - ED THOMAS - PSB - Havendo acordo de lideranças a Presidência suspende a sessão até as 17 horas.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 07 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 07 minutos, sob a Presidência da Sra. Célia Leão.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 17 horas e 30 minutos.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Esta Presidência nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Assuntos Desportivos, de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas e 10 minutos, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 625, de 2015, de autoria do nobre deputado André do Prado e outros, no Salão Nobre da Presidência.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Abelardo Camarinha e suspende a sessão até as 17 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 08 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 29 minutos, sob a Presidência do Sr. Orlando Morando.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lide- ranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Gilmaci Santos e vai suspender a sessão por 15 minutos. Antes, porém, esta Presidência convoca, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Assuntos Desportivos, Seguran- ça Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas e 32 minutos, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 625, de 2015, de autoria do nobre deputado André do Prado e outros.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 51 minutos, sob a Presidência da Sra. Célia Leão.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Há sobre a mesa Requerimento nº 1.038, de 2015, de autoria do nobre deputado Itamar Borges e outros, que propõe a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar da solenidade de celebração da formalização de cinco milhões de MEIs e da audiência pública para discutir o Projeto de lei do Supersimples, que acontecerá no dia 17 de julho de 2015, em Brasília.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 28a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 18/06/15.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acor- do entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levanta- mento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje. Lembra, ainda, da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 56 minutos.

17 DE JUNHO DE 2015 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de alteração da Ordem do Dia. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitados os PLCs 23/11; 19, 40 e 41/12; 07, 23, 26 e 27/14; bem como os PLS 763 e 1431/07; 08 e 448/08; 696, 783, 1022 e 1426/09; 238, 241, 407, 460, 499, 615, 836 e 845/10; 01, 06, 71, 312, 316, 454, 528, 558, 564, 694, 892, 918, 923, 924, 1071, 1092, 1096, 1109, 1133, 1141, 1162, 1180, 1186 e 1207/11; 168, 250, 283, 311, 319, 333, 342, 363, 369, 388, 397, 551, 566, 572, 672, 682, 689 e 729/12; 24, 64, 79, 82, 215, 230, 321, 435, 447, 611, 712, 812, 816, 860 e 1005/13; 203, 219, 522 e 806/14, sendo mantidos os respectivos vetos totais ou parciais.</p> <p>2 - ED THOMAS Para comunicação, declara voto favorável ao PL 238/10, que trata da " Casa-Abrigo"; e ao PL 01/11, que dispõe sobre exames ecocardiogramas em portadores de Síndrome de Down. Acrescenta que ambos os projetos são de sua autoria.</p> <p>3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Recorda que, também, tivera projetos de lei vetados. Elogia a atuação do deputado Ed Thomas. Sugere ao parlamentar que reelabore ambas as matérias que, adita, espera ver aprovadas. Encerra a discussão do PLC 33/14.</p> <p>4 - CAUÊ MACRIS Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.</p> <p>5 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Defero o pedido. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p> <p>Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presen- tes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se à</p>
ORDEM DO DIA
<p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa um requerimento: Que o PLC nº 33, de 2014, de autoria do Sr. Governador, que institui o Plano de Carreiras e Classes, de Empregos Públi- cos e Sistema Retributivo para os empregados da Artesp, passe a constar como último item e os demais itens sejam renumerados.</p> <p>Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer- rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento de inversão da Ordem do Dia.</p> <p>Proposições em Regime de Urgência</p> <p>Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Comple- mentar nº 23, de 2011, (Autógrafo nº 29734), vetado totalmen- te, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Cria a Aglomeração Urbana da Região dos Grandes Lagos, com sede em Votuporan- ga. Parecer nº 712, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).</p> <p>Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer- rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.</p> <p>Item 2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Comple- mentar nº 19, de 2012, (Autógrafo nº 29921), vetado par- cialmente, de autoria do Sr. Governador. Transforma a Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp em entidade autár- quica. Pareceres nºs 1478 e 1479, de 2012, respectivamente, de relatores especiais pela Comissão de Justiça e Redação e de Administração Pública, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).</p> <p>Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer- rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.</p> <p>Item 3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Comple- mentar nº 40, de 2012, (Autógrafo nº 30175), vetado parcial- mente, de autoria do Sr. Governador. Transforma o Departamen- to Estadual de Trânsito - Detran em autarquia, com personali- da- de jurídica de direito público e autonomia administrativa, finan- ceira e patrimonial, passando a denominar-se Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP. Parecer nº 184, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).</p> <p>Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer- rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.</p> <p>Item 4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Comple- mentar nº 41, de 2012, (Autógrafo nº 30175), vetado parcial- mente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a criação de cargos no Subquadro de Cargos de Apoio da Defensoria Pública do Estado, instituído pela Lei Complementar nº 1.050, de 2008. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).</p> <p>Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encer- rada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários ao projeto e favoráveis ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado o projeto e mantido o veto.</p>